

Resumo

A urbanização brasileira vem sendo sistematicamente apresentada pelo viés do “Metropolitano” e “Não Metropolitano”. Mas existe outra possibilidade de tratá-la: por meio de seus espaços subnacionais e pela verticalidade. Ou seja, pela urbanização por espaços descontínuos. Em análise qualitativa, apresentamos as especificidades da urbanização da Amazônia. Nela observamos que a abundância de natureza, o rural e o urbano, bem como a presença indígena e quilombola estão contidos na cidade. Isso implica que a vida na cidade não pode ser pensada pela oposição e nem somente pelo par urbanização/industrialização. Do mesmo modo, existe uma população “translocal” capaz de habitar simultaneamente vários mundos, hibridizando identidades e culturas.

Palavras-chave: Amazônia, urbano, rural, indígena, quilombola.

1. O Brasil “Metropolitano” e “Não Metropolitano” da urbanização brasileira

Analisando a urbanização brasileira, Santos (2005) identifica como suas características a urbanização da sociedade, que corresponde aos movimentos de crescimento demográfico e a multiplicação dos estratos de cidade em diversos tamanhos, e a urbanização do território, que está relacionada à sua tecnicificação. Ou seja, ao *quantum* de técnica, conhecimento e informação são agregados ao espaço para assegurar a perfeita divisão territorial do trabalho e à decorrente acumulação do capital propiciado pelo desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, que assegura a realização das complexas atividades produtivas, comerciais, fiscais e de serviços exigidas pelo sistema capitalista em escala mundial. Dessa forma, constituiu-se uma hierarquia de cidades no país, na qual a metrópole é a melhor expressão dessa urbanização, embora não sendo a única - visto que existe também o crescimento das cidades milionárias, intermediárias, regionais e locais -. Ela representa, do ponto de vista da concentração da pobreza, dos diversos tipos de trabalhos e capitais, dos múltiplos fluxos de informação e de matéria, a complexidade do processo em curso que se manifesta por meio da “metropolização”. Contudo, não podemos deixar de mencionar outros processos simultâneos em curso que correspondem a “desmetropolização” e “involução metropolitana”.

Na busca por respostas a estes fenômenos urbanos as análises convergem para dois níveis de abordagens: uma que trata do Brasil metropolitano e outra que se dedica ao Brasil não metropolitano, conforme demonstram os estudos de observatórios, grupos de pesquisas e redes em várias universidades brasileiras (Ribeiro; Santos Jr, 2007; Sposito, 2007).

Para o primeiro caso, observa-se que a partir de 1970, produz-se um tipo de urbanização cuja característica se dá pela expansão da periferia, na qual a metrópole expressa a sua forma mais definida. Isso vai implicar na prioridade para onde se dirigem os investimentos públicos, os fluxos migratórios de várias regiões do Brasil e, por sua vez, as pesquisas acadêmicas que buscavam um entendimento dessa situação. Para o período recente, diz a autora, observa-se a centralidade da metrópole “nas dinâmicas nacional e regional, e seu lugar nos circuitos globalizados da economia” (Telles, 2006, p. 49).

A metropolização do território nacional (Ribeiro; Santos Jr, 2007, p. 8-10) está relacionada à grande densidade populacional por km² e o aumento de 5 milhões de habitantes na última década; o crescimento das periferias e peso das metrópoles na participação da renda e na dinâmica econômica nacional; no aumento da escalada de violência nos território populares das favelas e periferias (polícia, crime organizado e segurança privada). Do mesmo modo, existe um “quadro de fragmentação institucional que demonstra o desinteresse na gestão pública das áreas metropolitanas” (vazio de autoridade, ações isoladas e clientelismo político) “que configura um quadro institucional que pode ser descrito como desgovernança”, já que não há políticas estruturantes “que aumentem a oferta de moradia, a mobilidade urbana e que regulem a especulação imobiliária” para este complexo sistema urbano-metropolitano (Ribeiro, 2007).

Para o segundo caso, o estudo das pequenas cidades e do papel que cumprem as cidades médias na rede urbana nacional constitui-se uma questão de análise de várias disciplinas. Com base nos trabalhos de Sposito (2001), Pontes (2001), Santos e Silveira (2001) e Amorim Filho e Rigotti (2002), podemos observar que o debate sobre cidades médias não é recente no Brasil, remonta à década de 1970, quando das primeiras tentativas de abordagem sobre o tema, tendo como elemento definidor para a classificação do porte médio de uma cidade apenas o parâmetro demográfico. No entanto, os estudos mais recentes propõem novos conteúdos teórico-conceituais buscando identificar o papel funcional dessas cidades na rede urbana. Distanciamento de áreas metropolitanas, situação geográfica favorável, capacidade de retenção da população migrante, papel político importante nas regiões às quais pertencem e estrutura para ofertar bens e serviços são características que figuram entre os atributos para uma nova definição do que seja uma cidade média, conforme analisou Pereira (2004).

No caso das cidades não metropolitanas, as justificativas da importância dos estudos a elas direcionados são as mais diversas possíveis, diante da desconcentração das atividades produtivas e das mesmas servirem de lócus para esses deslocamentos. Mas

apresentam-se, também, referências ligadas ao crescimento demográfico e econômico, diversificação de bens e serviços e a possibilidade de análise da distribuição geográfica desses novos capitais em diversas regiões e estados do Brasil. Os eixos estruturantes de orientação dessas análises têm sido a difusão da agricultura científica, desconcentração industrial, difusão do comércio e dos serviços especializados e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, conforme analisaram Sposito et al. (2007).

No entanto, ao chamarmos atenção para a urbanização da Amazônia, recorreremos a outro tipo de enquadramento teórico, que nos permite estudar as cidades a partir das noções de universalidade, particularidade e singularidade, conforme propõe Lefebvre (1987). Isso quer dizer, pensar aquilo que é comum da urbanização brasileira que se manifesta nas cidades da Amazônia, mas, acima de tudo, ressaltar as suas especificidades.

Dessa forma, incorporamos em nossa reflexão a proposição de Ribeiro (2005, p. 411), que adverte para a importância das pesquisas urbanas valorizarem o contexto, a situação e o cotidiano, representados pelos modos de vida do lugar. Daí advém a importância de junção entre a teoria urbana da Amazônia e o “percurso empírico”, conforme sugere Telles (2006), para trazer ao debate das ciências sociais contextos, práticas e trajetórias, que ainda não foram suficientemente analisadas.

2. Particularidades e singularidades do urbano da Amazônia

Para algumas situações nas cidades, as características rurais são marcantes. Pescadores que moram e trabalham nos rios que cortam as periferias; agricultores que abastecem com produção de hortaliças os supermercados da cidade ou vendem para a população do entorno das áreas urbanas ocupadas; cultivadores de ervas medicinais que tanto buscam manter viva a prática, como organizam grupos de moradores para a geração de emprego e renda, ou casos em que a produção de frutas e hortaliças na cidade faz parte de uma estratégia de autoconsumo para melhorar a alimentação familiar diante dos baixos salários, apresentando-se, assim, como uma atividade mais permanente de complementariedade da renda (Pereira, 2009).

Segundo Fernandes, a agricultura tanto forneceu o ponto de partida para acumulação do capital, como inseriu o homem do campo na vida da cidade, de modo que “o imigrante despreendeu-se econômica e socialmente do mundo rural, mas levou consigo as concepções rurais de organização da vida” (Fernandes, 1968, p.119).

A presença étnica na cidade constitui outra particularidade¹, visto que existem lugares onde o português concorre com outras línguas, como no caso do município de São Gabriel da Cachoeira², no Amazonas, onde grande parte da população é indígena e o Nheengatu, Tukano e Baniwa são as línguas co-oficiais, instituídas por meio da lei municipal nº 145, de 11/12/2002, conforme os artigos e parágrafos abaixo que tratam de parte dessa legislação.

Art. 1º. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federal do Brasil:

Parágrafo Único - Fica estabelecido que o município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas, passa a ter como línguas co-oficiais, as Nheengatu, Tukano e Baniwa.

Art. 2º. O *status* de língua co-oficial concedido por esse objeto, obriga o município:

§1º. A prestar os serviços públicos básicos de atendimento ao público nas repartições públicas na língua oficial e nas três línguas co-oficiais, oralmente e por escrito:

§2º. A produzir a documentação pública, bem como as campanhas publicitárias institucionais na língua oficial e nas três línguas co-oficiais.

§3º. A incentivar a apoiar o aprendizado e o uso das línguas co-oficiais nas escolas e nos meios de comunicações.

Art. 3º. São válidas e eficazes todas as atuações administrativas feitas na língua oficial ou em qualquer das co-oficiais.

Art. 4º. Em nenhum caso alguém pode ser discriminado por razão da língua oficial ou co-oficial que use³.

¹ A população indígena autodeclarada nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Tocantins e Mato Grosso é de 348.411 indígenas. Desse total, 67.341 revelaram morar nas cidades (IBGE, 2010). Esses dados referem-se à Amazônia Legal, excetuando-se o estado do Maranhão.

² Dos 37.896 habitantes do município de São Gabriel da Cachoeira, 29.017 declaram-se indígenas. Destes, 11.016 vivem na cidade (IBGE, 2010).

³ Disponível em: <<http://www.ipol.org.br/imprimir.php?cod=83>>. [Acessado 2 fevereiro 2012].

No município coexistem 22 etnias (Araposo, Baniwa, Barasana, Baré, Desana, Hupda, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makuna, Miriti-tapuya, Nadob, Pira-tapuya, Potiguá, Siriano, Taiwano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanana, Werekena e Yanomami), que falam 20 línguas diferentes e que estão dispersas por mais de 500 comunidades, 20 delas presentes em vários bairros da cidade, principalmente os Barés e Tukanos (Nakano; Comarú, 2007).

Diz Andrello (2006) que o incentivo inicial para levar os indígenas à cidade está relacionado ao catecismo dos missionários salesianos por meio da oferta de educação escolar para “civilizar” a população da região na década de 1920. Com o fim desse regime nas décadas seguintes, a alternativa encontrada para manter os filhos na escola foi o deslocamento das famílias indígenas em direção à cidade, principalmente São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel (AM). Ressalta-se, também, a participação política indígena a partir da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN); do apoio de organizações não governamentais, como o Instituto Socioambiental (ISA); e do financiamento internacional que tornou possível a mobilização das etnias em torno da demarcação de 10 milhões de hectares das terras indígenas (que envolveu negociações com o poder local, instituições governamentais estaduais e federais); e a participação decisiva nas eleições municipais, diante do peso populacional dos indígenas que somam 90% da população total dessa região.

Situação semelhante é identificada no estado do Pará, onde há situações de intenso fluxo migratório de milhares de indígenas que vagam pelas periferias das cidades e que lutam para ter seus direitos étnicos e humanos reconhecidos pelas políticas sociais. São cerca de 2.000 indígenas que vivem nas cidades de Altamira, São Félix do Xingu, Vitória do Xingu e Uruará. Em Altamira, são cerca de 1.500 indígenas, sendo mais numerosas as etnias Xipaia e Curuaia. Alguns desses bairros estão sob ameaça de alagamento, caso se confirme a construção da hidrelétrica de Belo Monte (Alonso; Castro, 2006).

Em relação aos quilombolas, podemos nos referenciar na presença dos remanescentes de quilombos remanejados do rio Jaú com a criação do Parque Nacional do Jaú para a cidade de Novo Airão (AM) e que lutam organizadamente para a transformação do lugar onde vivem em “quilombo urbano”. Esse deslocamento para a cidade significou o desarranjo da unidade de produção, da estrutura familiar e das relações de cooperação, bem como, a apreensão de novas normas e condutas sociais (Farias Jr, s/d, p. 8). Em Santarém, a presença na cidade refere-se à busca dos serviços públicos, a comercialização do excedente da produção e pelo fato de que a sede da organização, que congrega os quilombolas da região do médio Amazonas, se localiza por lá (Amaral, 2008).

Também, ressaltamos, que as *company towns* ou *new towns*, por exemplo, mesmo não tendo população acima de 20 mil habitantes expressam a vida urbana. Estas cidades-empresa, criadas por empreendimentos da mineração na Amazônia, representam enclaves dentro de municípios e se dimensionam pela capacidade de oferta de bens e serviços para os funcionários da empresa, o que não é estendido para o conjunto da população onde se realizam esses empreendimentos (Trindade Jr; Rocha, 2002; Vicentini, 2004).

Como exemplo, podemos tomar Monte Dourado, Vila de Tucuruí, Porto Trombetas, Carajás e Vila dos Cabanos, cuja população varia entre 3.200 a 12.000 habitantes (Trindade Jr, 2010). Observamos que a cidade-empresa não é reconhecida pelo Estado, uma vez que no município, segundo legislação federal, só pode haver uma sede, elevada à categoria de cidade e que lhe dá o nome, conforme o Decreto-Lei nº 311, de 02/03/1938, que dispôs sobre a divisão territorial do país.

Não podemos perder de vista o tamanho dos municípios, a distância entre as cidades e a dificuldade de deslocamento no interior da região que muitas vezes implicam o isolamento de mesorregiões inteiras durante o período do inverno, como é o caso das cidades localizadas às margens da rodovia Transamazônica. Esta grande extensão territorial associada à dificuldade de acessibilidade são características preponderantes dos municípios amazônicos (Cardoso, 2006) e de suas cidades, em particular.

Tomamos por exemplo, os municípios de Altamira (160.755 km²) e Santarém (24.154 km²), no Pará, que, juntos ocupam, em extensão territorial, uma área superior aos espaços metropolitanos existentes hoje no Brasil onde vivem mais 70 milhões de habitantes, concentrados em 167 mil km², conforme apresenta os estudos de Ribeiro e Santos Jr (2007).

Ressaltamos que, em muitas cidades da Amazônia, só se chega de barco, não se tendo acesso a elas por meio de estradas. Quando ouvimos canções ou comentários afirmando “esse rio é minha rua”, entendemos o caráter dendrítico da rede (Corrêa, 1987) em que o rio é o principal meio para o deslocamento de pessoas, mercadorias, ideias e informações.

Essa situação exige o uso da madeira como material, tanto para a construção das casas quanto das estivas que funcionam como verdadeiras ruas sobre águas. Cardoso (2011) observa que mesmo sendo penalizada por normas e parâmetros técnicos que descredenciam o uso da madeira para a construção das casas, sob o argumento de que esta não tem durabilidade, o seu uso é secular e bem sucedido, conforme demonstra a prática da população ribeirinha que dela depende. Embora não se restrinja a ela, visto que em muitas cidades da Amazônia as casas de madeira são construtos predominantes.

Por fim, gostaríamos de chamar atenção para os estudos das cidades na Amazônia que, conforme adverte Castro (2009), considera a insuficiência no quadro teórico que opõe o urbano e o rural e que associa o par urbanização/industrialização para explicar a formação de suas cidades, como veremos pela situação que apresentaremos em seguida.

3. Os modos de vida na cidade de Belterra, no Oeste paraense

Como especificidade do lugar, temos o rural e o urbano contidos na cidade. Vale ressaltar, que teoricamente entendemos a cidade como a materialidade, a forma, os construtos e os objetos (as casas, as ruas, as praças, os prédios públicos, etc.), o prático sensível, conforme propõe Lefebvre (1991), o lugar da projeção das relações sociais. Já o rural e o urbano estão no âmbito das relações e dos fluxos socioculturais. O que implica conceber, para o contexto estudado, uma modalidade de cidade onde não temos a divisão complexa do trabalho, nem a especialização das atividades produtivas em bases industriais e comerciais, conforme trata a literatura que definiu o conceito sociológico de cidade, como Weber, Marx e Engels. Contudo, isto não quer dizer ausência dessas relações; antes implica pensar com que intensidade elas se realizam. Trata-se de, recorrendo às proposições de Certeau (2008, p. 174), analisar “as maneiras do fazer”, que estão relacionadas às práticas socioculturais. Ao fazê-lo podemos ver que mesmo uma pequena cidade na Amazônia traz elementos desafiadores para os parâmetros classificatórios formais, quantitativos e qualitativos.

Seguindo esta perspectiva analítica e com base na pesquisa empírica que realizamos, apresentar os modos de vida na cidade da seguinte forma⁴:

1) o urbano constitui-se por meio das atividades econômicas ligadas ao comércio e serviços de base familiar e nos postos de trabalho ofertados pela Prefeitura, que é a principal empregadora municipal, não existe, portanto, atividade industrial. Essas atividades, que demonstram a dinâmica econômica da cidade estão relacionadas a mini-mercado, locadora, pizzaria, sorveteria, material de construção e elétrico, revenda de motos, bares, papelaria e presentes, restaurantes, lanchonetes, internet, duas pequenas pousadas, farmácia, posto de gasolina, transporte (ônibus, van e moto-táxi), açougue, barbearia, banca de revista, loja de miudezas em geral, venda de artesanato, jogos eletrônicos, posto de venda de passagens para Santarém, consultório médico com ultrassonografia e endoscopia, serviço dos Correios, conserto de bicicleta, venda de produtos agrícolas e uma auto-escola licenciada pelo Departamento Nacional de Trânsito/DETRAN e, ainda em fase de instalação, o Instituto de Pesquisa do Butantã (SP), o primeiro campo experimental da Amazônia. A

⁴ Para mais detalhes ver (Pereira, 2012).

delegacia de polícia, o cartório civil e o escritório da Rede Celpa, que fornece energia elétrica para o município, estão, ali localizados também.

Em Belterra não há bancos e as transações bancárias, bem como o recebimento de aposentadorias, benefícios e salários, são feitas na cidade de Santarém, a 50 km de distância. Para outras modalidades de pagamento existe um centro lotérico que presta alguns serviços da Caixa Econômica Federal e o posto dos Correios. Só no ano de 2009 foi instalado o único de serviço de telefonia celular do município, que atende a cidade e as áreas próximas.

Os pequenos comércios de base familiar representam uma parte importante da economia do lugar, pois abastecem as atividades demandantes de determinados tipos de serviços e produtos. Como sede do poder municipal, em Belterra se encontram escolas municipais, as creches, o hospital, as secretarias de governo e o prédio da Prefeitura, as sedes do IBAMA e do ITERPA com representação para atendimento de demandas e necessidades locais, bem como a legislação que orienta a política setorial, as formas de uso e ocupação do território e os mecanismos de participação social na definição das políticas municipais (Lei do Plano Diretor Participativo/PDP, Lei Orgânica Municipal/LOM, Plano Plurianual/PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias/LDO e a Lei do Orçamento Anual/LOA).

A renda municipal, além das fontes apresentadas, depende ainda dos benefícios, aposentadorias e programas do governo federal e estadual. Aliás, é o Fundo de Participação do Município (FPM) que garante a prestação dos serviços públicos municipais para a população, visto que o recolhimento com outras fontes, como o Imposto Sobre Serviço (ISS), Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), é insignificante.

Na cidade estão os ex-trabalhadores da Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB), hoje aposentados, e seus descendentes. Muitos deles são funcionários públicos, visto ser a Prefeitura a maior empregadora municipal. Os funcionários públicos são, em sua maioria, professores; são cerca de trezentos que ganham aproximadamente R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por mês. Destes, 90% têm nível superior e trabalham com cerca de cinco mil alunos no município. Os funcionários de serviços gerais ganham quase sempre um salário mínimo. Outros profissionais ganham um salário mínimo e meio, por exemplo, motoristas e vigias. Os mais bem pagos são os médicos e os advogados. São pouco mais de 600 funcionários, número que vem diminuindo por conta da diminuição do repasse do FPM, da recente crise econômica mundial e da contenção de verbas feitas pelo governo federal e estadual. No passado, o número de funcionários já foi de 800, mas, com os fatores antes mencionados, houve uma redução da folha de pagamento da Prefeitura. Outro fator foi a

substituição dos contratados por concursados que, em grande parte, não são da cidade de Belterra, mas do município de Santarém. Dos duzentos e vinte dois concursados, cento e setenta já foram efetivados. Como ressalta o prefeito, a Prefeitura é a maior e, praticamente, a única empregadora, mas essa situação se agravou, visto que o município não tem fonte de recursos própria. O valor do recurso total do município foi de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), em 2008, e R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), em 2009.

2) o rural constitui-se por meio da produção agrícola, da fruticultura e da criação de abelha, aves e animais de pequeno porte na cidade, conforme situações observadas em campo.

Andando pela cidade logo percebemos que os lotes, distribuídos ao longo das estradas, são de tamanho grande e têm muitas árvores frutíferas. Nos vários lotes visitados identificamos mamão, cupuaçu, bacaba, limão, tangerina, laranja, côco, açaí, goiaba, caju, muruci, manga, banana, jambo, pupunha, enfim, uma variedade de frutas que estragam no período de grande produção, visto não serem industrializadas ou comercializadas e o consumo familiar ser insuficiente para dar conta da quantidade produzida. Em alguns lotes se produz legumes e verduras, como cebolinha, alface, couve, tomate; em outros, cria-se galinha e porco, por exemplo.

Na estrada 8, a agricultura já se desenvolve há mais de trinta anos. Começou com a mãe e há cerca de dez anos está sob responsabilidade da filha, de 47 anos. Planta-se mandioca, milho, arroz, maxixe, jerimum, mas tem abacateiro, cupuzeiro, muricizeiro, pupunheira, ingazeiro, coqueiro, tangerineira, limoeiro, mangueira, cajueiro, fruta pão e madeira de lei, como o pau Brasil, pau d'arco e jarana. O trabalho manual é dificultado pela falta de instrumentos mais sofisticados e da água que, apenas uma vez por semana, chega de carro pipa em várias partes da cidade. Isso impossibilita o desenvolvimento do trabalho com a horta que já está nos planos da agricultora, caso a Prefeitura cumpra a promessa de levar água encanada até lá.

O terreno é de dezesseis hectares (400m x 400m), e corresponde a uma quadra dos antigos seringais, negociado junto ao Ministério da Agricultura por meio do termo de concessão de uso quando sua mãe ainda era seringueira. O objetivo da produção é satisfazer às necessidades da família e não produzir para fins comerciais. Com a ajuda de dois sobrinhos e uma moto-serra, em dois dias, se faz a derrubada, depois se deixa secar para, em seguida, tocar fogo. Feito isto, espera-se a primeira chuva do inverno para começar a plantação.

Há pessoas que, mesmo morando e trabalhando na cidade, nos fins de semana se deslocam para a área rural a fim de realizar trabalhos pastorais, políticos e cuidar da roça. E de lá trazem produtos alimentícios para se manterem na cidade durante toda a semana. Processo este repetido sistematicamente por conta da família ter uma casa na cidade e outra no campo, a uma distância de cerca de doze quilômetros, percorridos de moto ou bicicleta. A área rural é o lugar onde vão buscar a matéria-prima para os trabalhos que desenvolvem, conforme narrou uma artesã.

Esses depoimentos nos revelam que o fato de viver na cidade não apaga a vida pretérita dessas pessoas, porque o diálogo e o plano de referência da vivência anterior se mantêm vivo de alguma forma, reafirmados e praticados por esses deslocamentos semanais ao campo, ao mesmo tempo em que a abundância da natureza lhes é acessível com certa facilidade e se faz presente em seu cotidiano. Assim, argumentamos, os fluxos provocados pelos deslocamentos campo-cidade, urbano-rural, não se dão pela oposição.

Observamos, ainda, que a presença étnica na cidade é residual, uma vez que poucos indígenas vivem na cidade de Belterra, a maioria se deslocou para estudar e trabalhar na cidade de Santarém. Aqueles poucos que moram na cidade vivem do artesanato, outros são funcionários públicos exercendo a função de professores ou técnicos de governo. Também identificamos líderes sindicais. A participação política desse grupo está assegurada por meio de uma representação no Conselho da Cidadania e no Fórum de Movimentos Sociais, ou em eventos políticos na cidade e nas negociações com a Prefeitura e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) acerca das demandas e propostas advindas das aldeias para os governos federal, estadual ou municipal. Para as situações observadas, não se configura a conformação de bairro étnico dentro da cidade.

Um indígena fala da vida na aldeia de Takuara, na Floresta Nacional do Tapajós (FLONA) e das atividades relacionadas à caça, à pesca, ao extrativismo na floresta, ao trabalho na agricultura e das transformações ocorridas em sua vida quando foi morar na cidade por conta dos estudos.

Na aldeia, diz ele, as crianças brincam de futebol e tomam banho de rio e igarapé. Existe também a competição de arco e flecha e luta corporal, três vezes por ano. Idosos lutam com idosos, mulheres com mulheres e jovens com jovens. Mas existe uma competição anual, no mês de dezembro, denominada de vale-tudo (arco e flecha, e luta corporal), onde todos lutam contra todos, e os três primeiros colocados recebem como premiação farinha, tapioca e beiju.

A vida na cidade remete a outro plano de relações em bases monetárias, no qual o dinheiro é o elemento mediador. Argumentamos que, para o caso estudado, viver na cidade não significa, necessariamente, abandonar permanentemente o lugar de origem, nem o rompimento total dos vínculos materiais e simbólicos pretéritos. Esse indígena quer viver na cidade sem ter que abandonar a sua identidade sociocultural, mesmo reconhecendo que a sua vida agora se faça sob novas bases.

Sahlins (1997, p. 113, 115) faz críticas à proposição do *continuum* folk-urbano de Redfield e ao dualismo que marcou por algum tempo o pensamento antropológico. Segundo ele, é necessário superar o pensamento extremo das oposições entre “moderno e o tradicional, o homem citadino e o homem tribal, o urbano e o rural”, de forma a perceber “a possibilidade de existência de uma população translocal capaz de habitar ambos os mundos, mantendo-os como partes interdependentes de uma totalidade sociocultural”. Os laços não se quebram, uma vez que a ida para a cidade conta com apoio de parentes que se estabeleceram anteriormente; que os migrantes recebem produtos da aldeia e enviam dinheiro para seus dependentes, que as aldeias esperam desta ajuda financeira para suas cerimônias e projetos coletivos.

Conclusão

Na cidade praticada (Certeau, 2008), onde se realiza a mediação entre o lugar e a totalidade-mundo (Santos, 2006), os híbridos presentes na vida cotidiana e o contexto de sua realização nos informam sobre a Amazônia, em particular, da presença étnica (quilombola e indígena), do rural e do urbano contido na cidade, uma vez que a vida naquele espaço subnacional não se realiza pelas oposições criadas pelo pensamento abstrato. A abundância de natureza ou dos recursos naturais, quando acessados, permitem, mesmo em condições técnicas adversas e sem financiamento, o seu uso em bases não predatórias e não mercantis, tendo como fundamento a satisfação de necessidades humanas, sejam elas imediatas ou duradouras.

Assim, as práticas na cidade vão além do que define a legislação municipal, uma vez que a territorialidade propiciada pelo uso, pelo deslocamento e pelo sentimento de pertença não está orientada por essa limitação. Em situações como esta, onde o concreto desafia o conceito, a atitude mais confortável é dizer que não se trata de cidades. Consideramos que essa “zona de conforto” não precisa mexer com a estrutura prévia do pensamento que observa o real.

O movimento contrário exigirá do analista o desapego às suas convicções e a abertura para aceitar outras possibilidades. Podemos, diante desta situação optar por duas formas de organização do pensamento. A primeira é reconhecer que se trata de cidades, mas não da cidade do conceito, e sim da cidade do movimento do real, que contém e está contida num contexto histórico, social, político e cultural mais amplo. Do ponto de vista do capital, trata-se de cidades incompletas (Lefebvre, 1968) onde as relações capitalistas de produção não amadureceram. Isso possibilita admitir a coexistência de outras formas de produção e modos de vida “pré-capitalistas ou não capitalistas” (Ribeiro, 2006, p. 12).

No caso em análise, do ponto de vista do lugar, significa admitir que, mesmo no capitalismo, existem relações sociais que não se fazem em bases mercantis no uso da terra e da natureza. Aqui, podemos levantar a hipótese de que a divisão social e territorial do trabalho não precisou desse espaço e das pessoas do lugar para o processo de acumulação da riqueza. Esse “esquecimento” por parte do capital permite, assim, que a vida do lugar se realize e se sustente em outros parâmetros materiais e simbólicos.

Contudo, observamos que a parcialidade capitalista já se faz presente por meio das atividades comerciais e de serviços, em alguns casos de base familiar, em outros, pelo trabalho assalariado, assim como no poder local, representado pela Prefeitura, Câmara de Vereadores e legislação existente, bem como pelo poder de polícia, e nos referenciais urbanos de consumo e desejo de objetos, utensílios e serviços satisfeitos, em grande medida, pela cidade média de Santarém que fica a 50 km de distância.

Argumentamos com base em Lefebvre (1993) que a distinção entre cidade e urbano é um movimento analítico importante que nos permite deslocar o foco de análise dos objetos e construtos para o campo das relações e dos fluxos socioculturais. Dito isto, podemos compreender o urbano, o rural, os indígenas e quilombolas como relações que se projetam sobre o espaço, a cidade.

Bibliografia

ALONSO, S. & CASTRO, E. M. 2006. Processo de transformação e representação do rural-urbano em Altamira. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). *O Rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva*. Belém, Edufpa, p. 162-215.

AMARAL, A. J. P. 2008. Populações quilombolas no interior da Amazônia: organização cultural e conflito. *Anais do Seminário Internacional: Amazônia e fronteiras do conhecimento*. Belém, Naea/Ufpa.

Disponível em:

<http://www.ufpa.br/naea/siteNaea35/anais/html/geraCapa/FINAL/GT1-259-1295-20081128220546.pdf>. [Acesso em: 18 fevereiro 2012].

ANDRELO, G. 2006. *A cidade do índio: transformações e cotidiano em Iauaretê*. São Paulo, Unesp, Isa, Nuti.

CARDOSO, A. C. 2011. O problema das escalas e o desafio urbano da Amazônia. In REIS, A. (Org.). *Arquitetura, urbanidade e meio ambiente*. Florianópolis, Ufsc, p. 67-87.

_____. 2006. *Possibilidades do Estatuto da Cidade para as cidades da Amazônia*. Belém, Mimeo.

CASTRO, E. 2009. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In:_____. *Cidades na floresta*. São Paulo, Annablume, p. 13-39.

CERTEAU, M. de. 2008. *A invenção do cotidiano 1: artes do fazer*. Petrópolis, Vozes.

CORRÊA, R. L. 1987. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set.

FARIAS JR, E. de A. 2007. Quilombos na Amazônia: um esboço preliminar do estudo de “comunidades de pretos” no complexo do rio Madeira. *Anais do II Encontro de Ciências Sociais e Barragens*. 19 a 22 de novembro. Disponível em: http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st10_Quilombos%20na%20Amaz%C3%B4nia.pdf. [Acesso em: 17 fevereiro 2012].

FERNANDES, F. 1968. A dinâmica da mudança sociocultural no Brasil. In:_____. *Sociedade de classe e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 107-133.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. [Acesso em: 4 novembro 2011].

LEFEBVRE, H. 1997. *Lógica Formal e lógica dialética*. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. *O direito à cidade*. 1991. São Paulo, Moraes.

_____. *De lo rural a lo urbano*. 1969. Barcelona, Península.

NAKANO, K. A. 2009. São Gabriel da Cachoeira: planejamento e gestão territorial imbricada. In: CASTRO, E. (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo, Annablume, p. 237-279.

NAKANO, K. A. & COMARÚ, F. de A. 2007. São Gabriel da Cachoeira: o planejamento e a gestão territorial num município indígena da Amazônia. In: CARDOSO, A. C.; CARVALHO, G. (Org.). *Planos Diretores Participativos: experiências amazônicas*. Belém, Edufpa, p. 155-192.

PEREIRA, J. C. M. 2012. *Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

_____. 2009. O papel de Santarém como cidade média na Amazônia. In CASTRO, E. M. (Org). *Cidades na Floresta*. São Paulo, Annabrum, p. 329-352.

_____. 2004. *Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)*. Belém. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

RIBEIRO, A. C. T. 2006. Presenças recusadas: territórios populares em metrópoles brasileiras. In: NUNES, B. F. (Org.). *Sociologia de capitais brasileiras*. Brasília, Líber Livro, p. 11-33.

_____. 2005. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*, n. 45, p. 411-422.

RIBEIRO, L. C. de Q. & SANTOS JR, O. 2007. As metrópoles brasileiras: territórios desgovernados. In _____. *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro, Revan, Fase, p. 7-17.

SAHLINS, M. 1997. O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (parte II). *Mana. Estudos de Antropologia Social* 3 (2): 103-150. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>. [Acesso em: 14 junho 2009].

SANTOS, M. 2006. *A natureza do espaço*. São Paulo, Edusp.

_____. 2005. *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.

SPOSITO, M. E & ELIAS, D. & SOARES, B. R. & MAIA, D. S. & GOMES, E. T. A. 2007. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo, Expressão Popular, p. 35-67.

TELLES, V. da S. 2006. Debates: a cidade como questão. In: TELLES, V. e CABANES, R. (Org). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Humanitas, p. 35-64.

TRINDADE JR., S. C. T. 2010. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista IEB*. n. 30, p. 113-137, set./mar.

TRINDADE JR., S. C. T. & ROCHA, G. M. 2002. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR., S. C. T; ROCHA, G. M. (Org.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém, Paka-

Tatu, p. 13-23.

VICENTINI, Y. 2004. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: Edufpr.

Entrevistas

1- Lara, 46 anos, desenvolve a agricultura na cidade. Entrevista realizada em novembro de 2009.

2- Índio Munduruku, 30 anos, aldeia de Takuara. Entrevista realizada em outubro de 2009.

3- Socorro, 43 anos, artesã. Entrevista realizada em outubro de 2009.